

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DAS INTERPRETAÇÕES DO CONCÍLIO
VATICANO II NOS ESCRITOS DE JOSEPH RATZINGER E LEONARDO BOFF
DANILLO RANGELL PINHEIRO PEREIRA*

INTRODUÇÃO

A pesquisa em curso possui como tema as diferentes concepções da história do Concílio Vaticano II ocorrido entre (1962-1965) presentes em livros publicados pelos teólogos católicos Leonardo Boff e Joseph Ratzinger. O primeiro, ligado ao movimento chamado de Cristianismo da libertação do qual a Teologia da Libertação¹ é uma de suas expressões, o outro – um dos mais influentes teólogos do século passado – alinhado a defesa da tradição doutrinal do catolicismo e posteriormente eleito Papa Bento XVI. O evento histórico priorizado para possíveis leituras da História da Igreja e suas perspectivas de ação no mundo pelos teólogos em questão foi um acontecimento importante para entendermos as várias transformações internas na Igreja Católica da segunda metade do século passado, seus reflexos na visão eclesiológica da Igreja Latino

* Possui Graduação, Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS (2005) e Mestrado em História pela mesma instituição (2013). Bolsista da Capes de 2011 a 2013. No momento, atua como professor de História no Colégio Estadual Deputado Luís Eduardo Magalhães (CEDLEM) localizado na cidade de Monte Santo BA e é Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Orientador – Professor Doutor Iraneidson Santos Costa. Temas de principal interesse: História do Cristianismo, concepções da história, Teologia da Libertação e ensino de História. Email – danillorangell@yahoo.com.br.

¹ A Teologia da Libertação foi expressão de um amplo movimento social, surgido no início dos anos 60, bem antes de suas primeiras obras. Envolveu setores significativos da Igreja Católica (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (juventude universitária cristã, jovens trabalhadores cristãos), intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, camponesa, urbana) e as Comunidades Eclesiais de Base. Sem a prática desses movimentos, não se pode compreender fenômenos sociais e históricos tão importantes quanto à escalada das revoluções sociais na América Central ou a emergência de um vasto movimento operário e camponês no Brasil. A Teologia citada foi também um conjunto de textos produzidos a partir de 1970, por intelectuais protestantes e católicos latino-americanos, tais como Gustavo Gutiérrez (Peru), Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo Boff, Clodovis Boff e Frei Betto, (Brasil), Jon Sobrino, Ignacio Ellacuría (El Salvador), Segundo Galileia, Ronaldo Muñoz (Chile), Pablo Richard (Chile e Costa Rica), José Míguez Bonino, Juan Carlos Scannone, Rubem Dri (Argentina), Enrique Dussel (Argentina, México), Juan-Luís Segundo (Uruguai), Samuel Silva Gotay (Porto Rico), para mencionar apenas alguns dos mais conhecidos que tinham como principal intenção refletir sobre a relação entre fé e vida, Evangelho e justiça social (BOFF, L., BOFF, C., 1985 a; 1986; DUSSEL, 1996; GALILEIA, 1985; GUTIERREZ, 1985, LOWY, 1991; 2000).

americana, em particular a brasileira. O período da pesquisa em curso priorizará publicações dos autores entre 1971 a 2005. Entretanto alguns livros posteriores que tratam da temática também farão parte de nossas análises.

As advertências empreendidas contra os teólogos latino-americanos ligados à proposta de uma Igreja sensível às desigualdades sociais foram pautadas, segundo estudiosos mais conservadores da doutrina católica a exemplo do Papa emérito Bento XVI (na época cardeal Ratzinger), do bispo Boaventura Kloppenburg, numa leitura mais criteriosa dos documentos conclusivos do Concílio Vaticano II. Contudo, existem distintas interpretações destes documentos entre vários teólogos católicos. Pensadores como Ratzinger, tendem a interpretar textos como as constituições Dogmáticas *Lumen Gentium* (LG), *Dei Verbum* (DV) de forma que haja uma unidade hierárquica² que afirme poder do clero sobre os leigos. Outros, a exemplo de Leonardo Boff, não desconsideram os escritos citados, nem a tradição da Igreja Católica, mas recorrem com frequência significativa às reflexões propostas na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS) e maior participação dos leigos e das comunidades nas decisões da Igreja.

As discussões sobre o concílio Vaticano II podem ser basicamente conduzidas a duas linhas de interpretação: a da “continuidade” do evento com a tradição anterior, e a da “descontinuidade” com o passado da Igreja. (FAGGIOLI, 2013; LIBÂNIO, 2005; MATTEI, 2013). Essas divergências pontuadas sobre as interpretações do evento, também influenciou suas distintas compreensões na América Latina. Durante as fases de

² O dicionário Aurélio da Língua portuguesa entende hierarquia como ordem e subordinação dos poderes eclesiásticos, civis e militares. Aqui nos restringimos aos poderes eclesiásticos. Os teólogos ligados à hierarquia são os defensores da doutrina tradicional da Igreja Católica e críticos de várias teses da Teologia da Libertação. João Batista Libânio nos chamou atenção que os textos do vaticano II são hegemonicamente progressistas, mas com resíduos conservadores. (LIBÂNIO, 2005. Pp. 102-104). O texto da *Lumen Gentium* por exemplo: expõe a visão de Igreja como povo de Deus, onde todos os seus membros são filhos do mesmo pai e iguais nesta condição. Contudo, a hierarquia apesar de existir em função do serviço ao povo de Deus é dotada também do carisma de interpretar e proteger a tradição da Igreja Católica contra desvios doutrinários. “Os bispos governam as Igrejas particulares que lhe foram confiadas, com conselhos, exortações e exemplos, mas também com autoridade e com sacro poder. Deste poder não usarão senão para edificar sua grei na verdade e santidade, lembrados de que quem é o maior deve portar-se como o menor, e o que manda como quem serve (cf. Lc 22,26-27). [...] Em virtude deste poder os Bispos tem o sagrado direito e o dever perante Deus de legislar para seu súdito, de julgar e de ordenar tudo que se refere a organização do culto e do apostolado. (KLOPPENBURG; VIER, 1986, P. 72).

preparação das conferências episcopais latino-americanas de Medellín 1968 e Puebla 1979, foram visíveis algumas divergências entre participantes daqueles encontros. Sobre as reuniões da cidade mexicana de Puebla, existem estudos que apontaram temores de uma cisão na instituição, mas medidas, como a intervenção do Papa João Paulo II, foram significativas para manter a unidade³ entre os bispos no continente. (Cf. IOKOY, 1996, p. 59-60). A IV Conferência do CELAM realizada em Santo Domingo, República Dominicana em 1992 teria representado nova perspectiva de leitura do Concílio Vaticano II, considerado por alguns clérigos mais conservadores radicalizado em Medellín e Puebla?

UM BREVE DEBATE SOBRE O CONCÍLIO VATICANO II E NOSSOS SUJEITOS DE PESQUISA

É pertinente pontuar que não há um consenso na historiografia sobre o Concílio Vaticano II. A literatura do evento é bastante vasta e é formada por historiadores como Alberigo que se articulou com vários pesquisadores italianos e contribuiu de forma pioneira e significativa nestes estudos, bem como ampliou o diálogo e estímulo de pesquisas sobre o tema com outros colegas de profissão espalhados pelo mundo. Para esta escola de contribuição gigantesca para os estudos sobre o tema, o Concílio Vaticano II foi antes e além dos documentos que produziu. É um “evento” histórico e enquanto tal significou uma inegável descontinuidade com o passado, suscitou esperanças, lançou polêmicas e discussões e, em última análise, abriu uma nova época.

³ De acordo com o documento da *Lumen Gentium* a Igreja católica é pensada como povo de Deus. Sua estrutura, porém é desigual e organizada hierarquicamente. Os bispos possuem infalibilidade em assuntos de fé e moral, quando submetidos ao poder do Papa. O romano Pontífice chefe do colégio dos Bispos dirige a igreja Universal, suas definições são irrevogáveis por si mesmas e não em virtude do consentimento da igreja, pois foram proferidas com a assistência do Espírito Santo a ele prometida no bem aventurado Pedro. E por isso não precisam de aprovação de ninguém, nem admitem apelação de outro tribunal. (Cf. KLOPPENBURG; VIER, 1986, Pp. 68-69). Isso nos leva a pensar que quando mais responsabilidades, poderes são transferidos a um Bispo pelo Papa maior e seu grau no ponto de vista hierárquico. Os fiscais da doutrina ligados a Cúria romana são Bispos responsáveis com o consentimento do Papa, pela preservação da fé e tradição da Igreja Católica.

(Cf. ALBERIGO, 2005, p. 391-440; ALBERIGO, 2006, p. 49-80; FAGGIOLI, 2013, p. 21-24; MATTEI, p. 11-12).

No Brasil as referências clássicas são os estudos de Boaventura Kloppenburg, teólogos da Libertação como José Oscar Beozzo e João Batista Libânio. Kloppenburg relatou sua experiência como um dos peritos do evento em cinco volumes com o título *Concílio Vaticano II* (KLOPPENBURG, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966). É um relato com rica documentação, depoimentos de participantes e contextualização do evento. É também pertinente para a compreensão deste capítulo importante da História da Igreja Católica, uma coletânea de textos com o título *Compêndio do Vaticano II: Constituições Decretos e Declarações*, organizada também por Kloppenburg e Frederico Vier. Este trabalho nos dá acesso, em português, aos principais documentos conclusivos do Concílio (KLOPPENBURG; VIER, 1986). Há outro estudo do teólogo e historiador José Oscar Beozzo, com o título *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II 1959-1965*. Trata-se de uma pesquisa de “fôlego” que contextualiza, oferece fontes e interpretações sobre o Concílio, seus objetivos, as mudanças ocorridas, bem como discute a participação da Igreja brasileira e sua atuação no evento (BEOZZO, 2005). Seguindo uma linha mais sintética, o mesmo historiador junto com D. Aloísio Lorscheider e outros autores, organizaram uma obra comemorativa com o título *Vaticano II 40 anos depois*, em que as memórias daquele evento são rediscutidas e contextualizadas aos desafios ainda a serem superados pelos católicos da atualidade e de gerações posteriores. (LORSCHIEDER, et al., 2005).

Muitos teólogos da Libertação a exemplo José Comblim, Leonardo Boff, alguns historiadores ligados a Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (CEHILA) como o já citado Beozzo, Eduardo Hornaert, Enrique Dussel, entre outros, apesar das diferentes problemáticas trazem leituras positivas do Concílio Vaticano II em seus trabalhos. Contudo, não deixaram de reconhecer conflitos e limitações deste acontecimento importante na história dos católicos. Pesquisadores de outras áreas como Filosofia, História e Ciências Sociais que escolheram a Teologia da libertação católica e as críticas investidas contra ela como objeto de seus estudos também analisaram a importância do Concílio Vaticano II nos contextos de seus sujeitos e objetos de

investigação. Na bibliografia inicialmente consultada por nós, podemos citar entre eles: Michael Lowy, João Francisco Regis de Moraes, Scoot Mainwaring, Zilda Gricoli Iokoi, Iraneidson Santos Costa, entre outros.

Visão menos entusiasmada sobre o tema foi apresentada no livro *O Concílio Vaticano II uma obra nunca escrita* do historiador italiano Roberto de Mattei. Professor da Universidade Européia de Roma e ligado a movimentos católicos mais identificados com a conservação, este autor apresenta uma visão pessimista da modernidade, vê a crise da Igreja católica intensificada após o concílio Vaticano II. Pontua com desapontamento o fato deste encontro entre as autoridades católicas da época, não ter condenado o comunismo e/ou ter adotado uma postura em parte racionalista e ecumênica, descreve os embates entre diferentes concepções teológicas do catolicismo e aponta a pouca frequência do debate entre clérigos de diferentes concepções teológicas. Contudo, Mattei, reconheceu conflitos interpretativos, as descontinuidades nas análises do evento, apontou a necessidade de manter o diálogo e o debate aberto sobre o tema ainda desafiador para muitos historiadores. (MATTEI, 2013).

Trabalho semelhante em amplitude, contudo num caminho mais a “esquerda” é o do teólogo João Batista Libânio, *Concílio Vaticano II em busca de uma primeira compreensão*. Neste estudo são contextualizados e analisados diferentes concepções do evento, os chamados por ele de conflitos de interpretações. Tal perspectiva apresenta uma narrativa ampla sobre o contexto, às fases de preparação e confecção dos documentos conclusivos do evento e as disputas entre os participantes para fazer valer suas propostas. (LIBÂNIO, 2005). De acordo com Libânio é possível se pensar duas leituras predominantes do Concílio Vaticano II. A leitura da continuidade e outra da ruptura. A leitura da continuidade acentua o permanente, o estrutural e considera a história um fluxo contínuo. É feita muito a gosto da instituição, oferecendo segurança, mas padecendo facilmente do vício ideológico e inibidor de transformações. Já a leitura da ruptura salienta o ponto da novidade criativa, muito própria dos críticos e profetas, gerando insegurança, desagradando os senhores da instituição, mas permitindo avanços. (Cf. LIBÂNIO, 2005, p. 9-11).

O historiador italiano Massimo Faggioli pertencente à escola de Bolonha, a qual fez parte Giuseppe Alberigo escreveu um livro com o título *Vaticano II A luta pelo Sentido*. Próximo à passagem comemorativa dos 50 anos, este autor nos trouxe um balanço denso e aprofundado sobre o debate ainda vivo dentro e fora da Igreja Católica sobre este acontecimento, bem como seu significado para o presente e futuro dos católicos (FRAGGIOLI, 2013). Entre as muitas contribuições que este estudo nos oferece destacamos aqui as discussões do quarto capítulo, no qual o autor analisa os conflitos ainda presentes no campo da Teologia antes, durante e depois do Concílio Vaticano II. Trata-se do embate entre teólogos neagostinianos e neotomistas. A primeira de raízes neoplatônica, guarda visão pessimista acerca do mundo e da humanidade e acusa o Concílio de ter sido indulgente e ingênuo em relação ao mundo atual e ao mal que nele impera; enquanto a segunda, de raízes aristotélica e tomista, mantém uma visão mais otimista sobre a criação, os seres humanos e sua história. (Cf. FAGGIOLI, 2013, Pp. 102-122).

É pertinente destacarmos que na análise de temáticas tão polêmicas e complexas Faggioli não classifica essas influências como estáticas, nem um campo como puramente progressista e outro radicalmente conservador, pois isso envolveu uma quantidade expressiva de teólogos que possuem diferentes fases de produção intelectual. Nas reflexões de Hans Urs von Baltasar (1905-1988) por exemplo é visível, certo pessimismo em sua compreensão sobre o Vaticano II. “*No entanto, em seu livro Demolição dos Bastiões, publicado cerca de dez anos antes do Concílio [...] exprimiu a necessidade de a Igreja não fazer mais barricadas contra o mundo*” (FAGGIOLI, 2013, p. 106).

Inserido neste debate complexo sobre as interpretações do Concílio Vaticano II, Joseph Ratzinger teólogo influenciado pela corrente agostiniana foi um dos colaboradores entusiasmados da revista *Concilium* que expressava uma visão positiva do Vaticano II e mais tarde um dos fundadores da revista *Comunio*, pensada como uma proposta mais moderada e em determinados aspectos divergente da orientação da revista anterior. Posicionamentos do autor sobre o assunto foi expresso também em suas preocupações com algumas leituras divergentes às interpretações do magistério

identificado com a Cúria romana num conjunto de entrevistas de Ratzinger ao jornalista Vittorio Messori e publicado em português como o título: *A Fé em crise o Cardeal Ratzinger se Interroga*. (MESSORI; RATZINGER, 1985). Ao ser interrogado sobre o Concílio Vaticano II, respondeu Ratzinger:

Em primeiro lugar é impossível para um católico tomar posição a favor do Vaticano II contra Trento ou o Vaticano I. Quem aceita o Vaticano II, assim como ele se expressou claramente na letra, e entendeu-lhe o espírito, afirma ao mesmo tempo a ininterrupta tradição da Igreja, em particular os dois concílios precedentes. E isso deve valer para o chamado ‘progressismo’, pelo menos em suas formas extremas. Segundo: do mesmo modo, é impossível decidir-se a favor de Trento e do Vaticano I contra o Vaticano II. Quem nega o Vaticano II, nega a autoridade que sustenta os outros dois concílios e, dessa forma, os separa de seu fundamento. E isso deve valer para o chamado ‘tradicionalismo’, também ele em suas formas extremas. Perante o Vaticano II, qualquer opção parcial destrói o todo, a própria história da Igreja, que só pode subsistir com uma unidade indivisível. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 16).

Preocupado de certa forma com as divisões internas, manutenção da tradição doutrinal, a hegemonia do clero e controle da cúria Romana sobre os assuntos de Igreja, Ratzinger defendeu uma interpretação de continuidade nas leituras dos documentos produzidos durante o Vaticano II, muitas vezes em conflito pela legitimidade dessa compreensão entre os intelectuais no interior da Igreja católica. Sobre os problemas internos causados por esse conflito é possível ler comentários de Ratzinger como:

Os papas e os padres conciliares esperavam uma nova unidade católica, e pelo contrário, caminhou-se ao encontro de uma dissensão que, para usar as palavras de Paulo VI, pareceu passar da autocrítica à autodestruição. Esperava-se um novo entusiasmo, e, no entanto, muito frequentemente chegou-se ao tédio e ao desencorajamento. Esperava-se um impulso à frente, e, no entanto, o que se viu foi um progressivo processo de decadência que veio se desenvolvendo, em larga medida, sob o signo de um presumido ‘espírito do concílio’ e que dessa forma, acabou por desacreditá-lo. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 17)

As ideias mais favoráveis à tradição hierárquica católica e de certa forma críticas a modernidade capitalista e a intensidade dos efeitos da secularização, fizeram deste teólogo um bom nome para dirigir a prefeitura da Congregação para a Doutrina da Fé,

assim que o papa João Paulo II assumiu seu pontificado com a missão de conter certos excessos do pós Vaticano II. Contudo, seria imprudente pensarmos que as posições teológicas deste autor são somente conservadoras no ponto de vista político e religioso. Num estudo de Mestrado em Teologia com o título *O “absoluto da fé” e a crítica do relativismo em Ratzinger*, Edir Vieira contraria as teses de alguns veículos midiáticos e até mesmo alguns teólogos da libertação ao expor a teologia do então futuro Papa como dialógica. Sua defesa por uma concepção de verdade que contraria as teses relativistas de acordo com Vieira não desconsidera o relativismo cultural e a importância de outras religiões como válidas. Vieira reforça essa afirmação analisando debates entre Ratzinger e outros teólogos e filósofos, dentre eles Jurgem Harbemas, conhecido pelo seu esforço em desenvolver um pensamento capaz de expandir o diálogo e tolerância nas sociedades democráticas (VIEIRA, 2011).

Questões como as levantadas por Vieira, são também debatidas numa tese de doutorado com o título *Bento XVI, a Igreja Católica e o “Espírito da Modernidade” uma análise da visão do papa Teólogo sobre o “Mundo de Hoje”* do sociólogo Rudy Albino de Assunção. Este estudioso também questiona as visões chamadas por ele de etiquetadas sobre o pensamento de Ratzinger, muitas vezes considerado pela mídia, assim como por vários estudiosos da História do catolicismo como reacionário ou adverso a modernidade. De acordo com as análises de Assunção, as visões que o teólogo, posteriormente eleito Papa Bento XVI, possui sobre o Concílio Vaticano II é uma chave fundamental para compreendermos o complexo pensamento ratzgeriano, assim como a dinâmica de atuação da Igreja católica diante dos desafios impostos pelo mundo atual. (ASSUNÇÃO, 2018). Outro artigo com o título *O Pensamento Político do Cardeal Joseph Ratzinger*, o historiador Bruno Mamede pontou algumas considerações importantes sobre o pensamento político deste expressivo teólogo do século passado. Entre uma de suas conclusões, o autor destacou que nas suas críticas à modernidade e os perigos do racionalismo e fundamentalismos, Ratzinger sugeriu a percepção do cristianismo católico não como um agente político, mas como inspiração fundamental, produtora de condutas éticas capazes de construir dinâmicas políticas “equilibradas”. (MAMEDE, 217).

A complexidade e contradições do pensamento teológico de Ratzinger reconhecida pelos seus estudiosos, não o impediram de ser reconhecido como um dos mais importantes teólogos católicos do século XX. Suas teses tiveram peso nos destinos das interpretações oficiais na Igreja Católica sobre Concílio Vaticano II. Leonardo Boff ao apresentar o resultado de sua pesquisa de doutorado entusiasmou o na época reconhecido professor de Teologia Joseph Ratzinger que o ajudou a transformá-la em livro. Por um tempo ficaram amigos e até tocaram alguns projetos juntos. Mais adiante, por escolhas políticas e pastorais distintas, tomaram caminhos opostos.

Leonardo Boff seguindo a linha dos teólogos da Libertação Latino-americanos apresenta uma leitura, entusiasmada sobre o Vaticano II, o interpretando apesar de não deixar de pontuar limites, como um sopro renovador na Igreja Católica, pois possibilitou o início do diálogo desta instituição com a sociedade capitalista moderna e seus desafios. Em Teologia do cativo e da Libertação pode-se ler:

[...] Tanto a Igreja quanto o mundo são abarcados e envolvidos por algo que é maior do que eles: o plano salvífico do Pai em Jesus Cristo e no Espírito Santo. A salvação e a graça não conhecem fronteiras; comunicam-se tanto no mundo quanto na igreja, em modos diferentes mas realmente. No mundo há Igreja e na Igreja há mundo, se por mundo entendemos, joanicamente o pecado. Tanto a graça quanto o pecado se incrustam na Igreja e no mundo. O mundo não se constitui simplesmente o natural, e a Igreja o sobrenatural. Se o mundo deve ser pensado e vivido no mistério cósmico de Cristo, então o bem, a verdade, a justiça, os valores vertebrados no mundo são concretizações da cristandade no mundo. Dai poder dizer a *Gaudium et spes* que eles antecipam e preparam o reino de Deus [...]: com a vinda do Senhor não serão destruídos, mas purificados e completados na perfeição que já realizam. (BOFF, 1980, p. 217).

Leonardo Boff na exposição deste texto e também em outros de seus escritos, interpretou documentos conciliares a exemplo da *Gaudium et spes* e a *Lumen Gentium* argumentando que o específico da Igreja Católica, não é levar a salvação para um mundo sem salvação. A salvação é segundo ele comunicada por outras realidades, além da Igreja. O específico desta instituição reside na sinalização da graça já presente no mundo. (Cf. BOFF, 1980, p. 219). Em outras passagens de seus textos eventos como o

nascimento e expansão das comunidades Eclesiais de base (CEBS), as conferências do CELAM em Medellín (1968) na Colômbia e Puebla (1979) no México, são de certa maneira “sinais atualizadores” da Igreja latino-americana as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II as especificidades dos problemas deste continente. (BOFF, 1980; 1982; 1985; 1986).

É necessário destacar a interpretação oficial sobre o Vaticano II, assumida pela hierarquia eclesial desde o pontificado de João Paulo II após a convocação do Sínodo dos Bispos 1985⁴ e também reforçada quando Ratzinger ocupava o papado. No discurso a Cúria Romana de 22 de dezembro de 2005, o então Papa Bento XVI apresentou uma abordagem teológica sobre o evento, feita com base nos 16 textos de desigual valor doutrinário que ele produziu. O conjunto destes textos exprimem - de acordo com a autoridade suprema da igreja – um magistério não infalível; mas autêntico, que deve ser lido em continuidade com os documentos que o precedem e lhe seguiram, ou seja, “à luz da tradição”. (Cf. MATTEI, 2013, p. 10-11; MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 21-26). Sobre esse assunto podemos ler no pronunciamento do então Papa Bento XVI:

[..]. Surge a pergunta: por que a recepção do Concílio, em grandes partes da Igreja, até agora teve lugar de modo tão difícil? Pois bem, tudo depende da justa interpretação do Concílio ou como diríamos hoje da sua correcta hermenêutica, da justa chave de leitura e de aplicação. Os problemas da recepção derivaram do facto de que duas hermenêuticas contrárias se embateram e disputaram entre si. Uma causou confusão, a outra, silenciosamente mas de modo cada vez mais visível, produziu e produz frutos. Por um lado, existe uma interpretação que gostaria de definir "hermenêutica da descontinuidade e da ruptura"; não raro, ela pôde valer-se da simpatia dos mass media e também de uma parte da teologia moderna. Por outro lado, há a "hermenêutica da reforma", da renovação na continuidade do único sujeito-Igreja, que o Senhor nos concedeu; é um sujeito que cresce no

⁴ Sínodo dos Bispos de 1985. Foi um acontecimento que merece uma atenção importante em nossos estudos. Entre 24 de novembro e 8 de dezembro de 1985, 165 bispos representantes das conferências episcopais (em parte indicados por João Paulo II) discutiram o papel do Vaticano II na Igreja Pós Conciliar e desenvolveram alguns princípios para recepção e interpretação do evento quando completou na época 20 anos de seu encerramento. (Ver FAGGIOLI, 2013, Pp. 123-125). De acordo com o mesmo autor o sínodo extraordinário dos Bispos de 1985 foi um marco importante porque representou a primeira grande tentativa do pontificado de João Paulo II de orientar a recepção do Concílio Vaticano II na direção por ele desejada. (Cf. FAGGIOLI, 2013, P. 126-127).

tempo e se desenvolve, permanecendo porém sempre o mesmo, único sujeito do Povo de Deus a caminho. A hermenêutica da descontinuidade corre o risco de terminar numa ruptura entre a Igreja pré-conciliar e a Igreja pós-conciliar. Ela afirma que os textos do Concílio como tais ainda não seriam a verdadeira expressão do espírito do Concílio. (BENTO XVI, 2005, p. 5).

A leitura do Papa é uma entre muitas existentes acerca do tema. Tais divergências são verificáveis em trabalhos de estudiosos do Concílio Vaticano II a exemplo de João Batista Libânio, Guizepe Alberigo, Massimo Faggioli e Roberto de Mattei. Neste debate instigante, João Batista Libânio destacou duas leituras sobre o evento como predominantes. São elas as de orientação dogmatista e hermenêutica. A Primeira defende concepções eternas da verdade e da compreensão da tradição cristã. A segunda relativiza, nos chamando a atenção para os diferentes sentidos e contextos históricos sociais de revelações desta verdade e/ou tradição. Para o referido autor, as teologias dogmáticas partem de um princípio revelador e podem apresentar compreensões hermenêuticas. Já as dogmatistas não, pois apresentam as verdades baseadas na autoridade e na tradição.

Numa análise ainda preliminar de alguns trabalhos de Joseph Ratzinger levantamos a hipótese deste como um teólogo de destaque na defesa da concepção dogmatista e Leonardo Boff como um teólogo expressivo da corrente hermenêutica. Para responder os questionamentos acima a presente pesquisa tem se dedicado a leitura de livros escritos por Joseph Ratzinger e Leonardo Boff. Nossas atividades iniciais estão concentradas nos textos: como *Compreender a Igreja Hoje Vocação para a Comunhão, Dogma e Anúncio, Natureza e Missão da Teologia* (de autoria de Ratzinger) e acessíveis em português e também, as análises de textos de Leonardo Boff a exemplo de *Igreja Carisma e Poder, Teologia do Cativo e da Libertação*, entre outros na perspectiva de compreender e analisar o que os dois teólogos pensaram acerca do Concílio Vaticano II.

Em investigações anteriores, percebemos distintas apropriações da história entre estes estudiosos. A maioria dos teólogos da libertação (entre eles Leonardo Boff) optou por uma visão historicista da realidade e um diálogo significativo com o marxismo. Já

os membros da hierarquia defenderam concepções essencialistas e repulsivas ao pensamento de Marx. Por exemplo, nos debates acerca do livro *Igreja: Carisma e Poder*, Urbano Zilles, D. Karl Josef Romer e Joseph Ratzinger referiram-se a algumas teses de Leonardo Boff como sociológicas e não teológicas. Os artigos e documentos escritos pelo autor do livro envolvido nas discussões, não evitaram restrições a algumas teses de *Igreja: Carisma e Poder* e sua condenação por parte da hierarquia. (Cf. PEREIRA, 2013, p. 164-230)⁵.

Em artigo apresentado na Anpuh de 2017 o historiador Rodrigo Cope Caldeira enfatizou sobre a necessidade de ampliação dos debates historiográficos sobre o tema do Vaticano II e os caminhos que podem trilhados no sentido de expandir as análises sobre sua influência entre os pesquisadores da história da Igreja Católica no Brasil. (CALDEIRA, 2017). Objetivando contribuir com esse debate, os espaços de investigações que pretendemos ampliar com a pesquisa atual são: 1) De que forma Leonardo Boff e Joseph Ratzinger, dois intelectuais católicos ligados a distintos segmentos de uma mesma instituição interpretaram textos do Concílio Vaticano II? 2) Que relevância tiveram suas teses teológicas sobre o Vaticano II na confecção de documentos institucionais da Igreja Católica, principalmente na América Latina? 3) Além dos escritos e artigos contidos no livro *Roma Locuta, Documentos sobre o livro Igreja: Carisma e Poder* publicado pelo Movimento nacional de Direitos Humanos, que conteúdos críticos alguns livros publicados por Joseph Ratzinger e identificados com a posição da hierarquia fizeram a Teologia da Libertação e sua então nova visão do catolicismo?

⁵ Diferentes apropriações da história e tradição da Igreja colocaram teólogos da libertação e alguns membros da hierarquia católica em posições teológicas opostas. Essas divergências teológicas entre Joseph Ratzinger e Leonardo Boff foram analisadas por mim na Dissertação de Mestrado *Concepções da História na Teologia da Libertação e Conflitos de Representação na Igreja Católica* (cap. 5), revisada e publicada em livro em 2018 com o mesmo título pela editora Sagga de Salvador. Também em artigo apresentado a Anpuh nacional em 2015 na Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis com o título: *As Restrições da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé no Vaticano ao livro Igreja: carisma e poder de Leonardo Boff*.

As visões de História que consideramos atuais para pesquisa foram tiradas, basicamente das obras de pensadores como Koselleck, Chratier, Gramsci e Bordieu⁶. Apesar de varias diferenças, escolhemos um ponto comum entre os autores: a crença de que a História embora traga alguns elementos de ficção é um conhecimento possível e confiável, pode nos revelar de maneira dinâmica variados aspectos de uma realidade social que é múltipla, contraditória, reveladora de variados sentidos. Os suportes teóricos metodológicos destes estudiosos nos auxiliarão nos exercícios de analisar e compreender mais amplamente a complexidade dos temas pensados por Joseph Ratzinger e Leonardo Boff e as influencias de seus trabalhos na História da Igreja Católica na América Latina, de forma mais atenta ao Brasil.

FONTES

BENTO XVI. Discurso do Papa Bento XV aos Cardeais, Arcebispos e preladados da Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal, 22 de dezembro 2005.

BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. **Teologia da libertação no debate atual**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Da libertação: o sentido teológico das libertações sócio históricas**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Como fazer Teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. **O evangelho do Cristo Cósmico: a realidade de um mito e o mito de uma realidade**. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. **Jesus Cristo Libertador**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Eclesiogênese as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja**. Petrópolis: vozes, 1977.

_____. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Igreja: Carisma e Poder**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

⁶ Na ANPUH nacional de 2017, realizada na Universidade de Brasília apresentamos um artigo com o título Concepções da história entre intelectuais Católicos e suas Contribuições para a Pesquisa historiográfica, onde analisamos a pertinência da utilização destes referenciais na pesquisa em História.

_____. **E a Igreja se fez Povo** *Eclesiogênese: A Igreja que nasce do Povo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A Trindade A Sociedade e a Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. (Org.). **A Teologia da Libertação Balanço e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **O Caminhar da igreja com os Oprimidos: Do Vale de lágrimas rumo a terra prometida**. 2 ed. Petrópolis: vozes, 1998.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documentos do CELAM Rio de Janeiro, Medellín, Puebla, Santo Domingo**. 1 ed. São Paulo: Paulus, 2005.

DOCUMENTOS PONTIÍFÍCIOS CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instruções sobre a Liberdade cristã e a Libertação Carta do Papa à CNBB sobre a Missão da Igreja e a Teologia da Libertação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico (Org.). **Compêndio do Vaticano II: Constituições Decretos e Declarações**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1962/1963/1964/1965/1966. Obra em 5 volumes.

MESSORI, Vittorio; RATZINGER, Joseph. **A fé em crise? O Cardeal Ratzinger se Interroga**. São Paulo: UPU, 1985.

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (Org.). **Roma Locuta, Documentos Sobre o Livro Igreja: Carisma e Poder de Leonardo Boff**. Rio Branco, Belém, Recife, Viçosa, Nova Iguaçu, São Paulo, Porto Alegre, Goiânia: Petrópolis: Vozes, [Sd].

RATZINGER, J. **Fé e Futuro**. Tradução Frei Honório Rito. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. **Democracia na Igreja: Possibilidades, Limites, Perigos**. Tradução Alexandre Macintyre. São Paulo: Paulinas, 1976.

_____. **O Sal da Terra: o Cristianismo e a Igreja Católica no liminar do Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. **Compreender a Igreja hoje: vocação para comunhão**. Tradução D. Matheus Ramalho Rocha. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Lembranças de Minha Vida**. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. **Natureza e Missão da Teologia**, Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Dogma e Anúncio**. São Paulo: Loyola, 2008.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ: **Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”**. São Paulo: Paulinas: 1984.

BIBLIOGRAFIA

ALBERIGO, Guiseppe (Org). **História dos Concílios Ecumênicos**. Tradução José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995. Pp. 391-440.

_____. **Breve História do Concílio Vaticano II**. Tradução Clóvis Bovo. Aparecida: Santuário, 2013.

ASSUNÇÃO, Rudy Albino de. **Bento XVI, A Igreja Católica e o “Espírito da Modernidade”** Uma análise da Visão do Papa Teólogo Sobre o “Mundo de Hoje”. 1ed. Aparecida, São Paulo: Ecclesiae, Paulus, 2018.

BEOZZO, José Oscar. (Org.). **O Vaticano II e a Igreja Latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BOFF, Clodovis. **Teologia e prática: Teologia do político e suas mediações**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

BORDIN, Luigi. **Marxismo e Teologia da libertação**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas sobre a teoria da ação**. Tradução Marilza Corrêa. 9 ed. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. Tradução Sergio Miceli [et. Al]. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: Entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa, Portugal: Difel, 1990.

_____. O Mundo como representação. In: **À Beira da Falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-79.

COPPE, Rodrigo Caldeira. A recepção do Concílio Vaticano II como objeto do historiador. **XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia** In: XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília: Anpuh, 2017.

COSTA, Iraneidson Santos. **Que papo é esse? Igreja Católica, movimentos populares e política no Brasil (1974 – 1985)**. Feira de Santana: UEFS, 2011.

DUSSEL, Enrique. Notas sobre a origem da Teologia da Libertação. In: Bintencout, Fonet Raul (org.), **A teologia na História social da América Latina**. São Leopoldo: Usinos, 1996. V. 3. p. 261-287.

FAGIOLI, Massimo. **Vaticano II a Luta pelo Sentido**. São Paulo: Paulinas, 2013.

GOTAY, Silva Samuel. **O Pensamento cristão Revolucionário na América Latina e no Caribe (1960-1973)**. Tradução Luiz João Gaio. São Paulo: Paulinas, 1985.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a organização da Cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Concepção Dialética da História**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

GUIMARÃES, Juarez. (org.) **Leituras críticas sobre Leonardo Boff**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

GUTIERREZ, Gustavo. **A força Histórica dos pobres**. Tradução Álvaro cunha. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Teologia da libertação: perspectivas**. Tradução Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1985.

IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo: Hucitec FAPESP, 1996.

KLAIBER, Jeffrey. Iglesia, poder y legitimidade popular. In: **Iglesia, ditadura y democracia em América Latina**, Lima: PUC-Perú, 1997. p.13-40.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Igreja Popular**. Rio de Janeiro: Agir editora, 1983.

KOSELLECK. Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIBÂNIO, João Batista. **A Volta a Grande disciplina**. São Paulo: Loyola, 1984.

_____. **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Loyola, 2005.

LORSCHIEDER, Aloísio. [et al.]. **Vaticano II 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005.

LOWITH, Karl. **O Sentido da História**. Tradução Maria Georgina Segurado. Lisboa, Portugal: Ed. 70. 1991.

LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da libertação**. Tradução Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **A Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina**. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil 1916–1985**. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MALERBA, Jurandir. (Org.). **História escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto: 2006.

MAMEDE, Fernandes Bruno. O Pensamento Político do Cardeal Joseph Ratzinger. **XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia** In: XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília: Anpuh, 2017.

MATTEI, Roberto de. **O Concílio Vaticano II uma história nunca escrita**. Tradução Maria José Figueiredo. São Paulo: Ambientes e Costumes, 2013.

MORAIS, João Francisco Regis de. **Os bispos e a política no Brasil: Pensamento social da CNBB**. São Paulo: Autores associados, 1982.

PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. **Concepções da História na Teologia da Libertação e Conflitos de representação na Igreja Católica (1971 – 1989)**, 2013. 251p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a Questão religiosa**. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Paulinas, 1984.

REIS, José Carlos. **História e Teoria: Historicismo, Modernidade, temporalidade e Verdade**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROLIM, Francisco Cartaxo. Teologia da Libertação 1980-1986. In: SANCHIS, Pierre (Org.). **Catolicismo Cotidiano e Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, Sd. p. 9-49.

VIEIRA, Edir. **O “absoluto da fé” e a crítica do relativismo em Ratzinger**. 2011. 186p. Dissertação (Mestrado em Teologia) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.